



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

04 de Abril 2014

www.sed.sc.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 04/04/2014
Assunto: Merenda Escolar		Página: Online

[PeloEstado]

Merenda A Secretaria de Estado de Educação publicou edital para selecionar cooperativas e associações para compra de merenda. Ao longo de 2014, R\$ 10.159.646,50 serão aplicados na aquisição direta de itens menos perecíveis e de fácil armazenamento, como feijão, arroz, farinha de milho, doce de banana e biscoito caseiro. Posteriormente, serão comprados leite, queijo, ricota, mel e frutas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/04/2014
Assunto: PNE		Página: Online



EM MEIO A POLÊMICA, VOTAÇÃO DO PNE É ADIADA

Deputados divergem na comissão especial sobre a inclusão de questões de gênero e de orientação sexual

Fonte: O Globo Online

A votação do projeto do Plano Nacional da Educação (PNE - PL 8035/10) foi adiada novamente na comissão especial da Câmara que analisa a proposta. O PNE define 20 metas para o Ensino no Brasil nos próximos dez anos. Um dos objetivos é aumentar a Escolaridade dos brasileiros. O projeto, que já havia sido aprovado pelos deputados em 2012 e encaminhado ao Senado, voltou para exame na Câmara porque foi modificado pelos senadores.

Ontem, polêmicas causadas pelas questões de gênero e de orientação sexual previstas num dos artigos do PNE ocuparam o espaço dos debates, e a votação da proposta teve que ser adiada para a semana que vem, por causa do início da Ordem do Dia no Plenário. Situação nova- Na sala repleta de manifestantes, o foco maior das discussões foi o artigo 2º do projeto, que define as diretrizes do Plano Nacional da Educação. Um dos incisos desse artigo diz que, entre as diretrizes do PNE, está a superação das desigualdades educacionais. O texto que havia sido aprovado na Câmara definia que a superação dessas desigualdades educacionais ocorreria “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Os senadores mudaram esse inciso e definiram que, na superação das desigualdades educacionais, teriam ênfase a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação.

Por sua vez, o relator na comissão especial, deputado Angelo Vanhoni, do PT do Paraná, mudou os dois textos, criando uma nova redação, o que gerou indignação do deputado Marcos Rogério (PDT-RO). “Ele não acatou o texto do Senado e trouxe de volta o texto da Câmara, acrescentando parte do texto do Senado. Só que, aí, ele criou uma situação jurídica nova. Por quê? Porque, antes, a meta era a promoção da igualdade racial, a promoção regional, a promoção do gênero e a promoção da orientação sexual. Agora, ele coloca como meta a promoção desses quatro eixos, excluiu a palavra cidadania que o Senado acrescentou, e colocou, como meta, a erradicação de todas as formas de discriminação. Ou o relator está reduzindo o texto, ou então ele está criando uma situação nova. O que é a promoção da orientação sexual? Como se promove a orientação sexual? Essa é a questão.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Estado laico- Por outro lado, o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), defendeu as modificações feitas pelo relator, afirmando que as críticas ao texto tinham por fundo “argumentos religiosos”. O Brasil, disse Wyllys, “é um Estado laico, um Estado democrático de direito, uma República. Portanto, argumentos religiosos não deveriam ser trazidos para um debate sobre o Plano Nacional de Educação”.

O deputado do Psol pediu que o texto se mantenha como o relator Vanhoni o redigiu: o texto que contempla, nas diretrizes da Educação brasileira, o conteúdo de identidade de gênero. “É fundamental que isso permaneça, porque a própria Constituição Federal diz que é objetivo da República promover o bem de todos, sem discriminação de origem, raça, sexo e quaisquer outras formas de discriminação.”

Em razão das divergências, o deputado Angelo Vanhoni informou que vai retomar o texto originalmente aprovado pela Câmara. Isso inclui a retirada da meta prevista no substitutivo do Senado que estabelece a adoção de políticas de estímulo às Escolas que melhorem seu desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb).

O relator não acha adequado incluir esse tipo de premiação no texto do PNE. A comissão especial do Plano Nacional da Educação volta a se reunir para tentar votar o relatório na próxima terça-feira (8).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 04/04/2014
Assunto: Merenda Escolar		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Secretaria de Estado da Educação vai adquirir produtos da agricultura familiar

Programa Estadual de Alimentação Escolar fará compra direta de 15 produtos

Para fortalecer a agricultura familiar e enriquecer o cardápio da alimentação servida nas 1.111 escolas da rede pública estadual, a Secretaria de Estado de Educação publicou o edital de Chamada Pública no 25/2014, que seleciona as cooperativas e associações fornecedoras de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais.

Ao longo de 2014, um total de R\$ 10.159.646,50, do Programa Estadual de Alimentação Escolar (PNAE/SC) serão aplicados inicialmente na aquisição direta de itens menos perecíveis e de fácil armazenamento, como o feijão, arroz, farinha de milho, doce de banana e biscoito caseiro. Posteriormente, serão comprados leite, queijo, ricota, suco de uva, mel, maçã, banana e laranja.

A Chamada Pública será centralizada nas oito Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs) onde ocorrerá o cadastramento e o credenciamento das cooperativas fornecedoras. Os alimentos serão incorporados ao cardápio escolar.

O diretor de Apoio ao Estudante, Osmar Matiola, explica que anteriormente a aquisição de todos os produtos era realizada pelas empresas fornecedoras da merenda. Segundo ele, após a análise dos documentos, será realizada a análise das propostas de preços e projetos de venda pelas cooperativas e associações.

Desta forma, a Educação cumpre o que determina a legislação federal, ao estabelecer que do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, 30%, no mínimo, deverá ser utilizado para a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações. Ainda, conforme o art. 14, da Lei no 11.947/2009, para a aquisição deverá ser priorizado os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

De acordo com Matiola, Santa Catarina conta com uma rede de 120 cooperativas que poderão se credenciar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Esta é mais uma ação do Governo do Estado para fortalecer e qualificar ainda mais a alimentação oferecida nas escolas, cumprindo a vocação regional e agrícola das diferentes regiões do Estado - afirma.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 04/04/2014
Assunto: Reajuste do piso - Carta		Página: Online



Magistério: reajuste frustrante

"Ilmo. Sr. Moacir Pereira,

Considerando que Vossa pessoa é altamente politizada e seu blog tem grande repercussão nas esferas políticas, peço gentilmente produzir um pequeno texto sobre a desfaçatez do governo Colombo e do secretário Deschamps de enviar à ALESC projeto que reajusta o Magistério Estadual, cujo índice apurado pelo MEC foi de 8,5%. No projeto enviado à Assembleia Legislativa o governador REESCALONA, por conta própria, o reajuste em: 2% agora, 2% em julho e 4,5% em dezembro, sendo a nossa data-base JANEIRO.

Ora, Sr. Moacir, reajuste é reposição da inflação, não é prestação de longo prazo. Todo mundo paga integral (empresas, INSS, governo federal, etc.) Este escalonamento é uma acinte à educação deste estado.

O SINTE ele simplesmente não ouve. Espero que o senhor, gentilmente, manifeste alguma nota no blog o qual seria de grande apoio à nossa classe.

Cordialmente,

Professor Ari Zanella – Joinville – SC."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 04/04/2014
Assunto: Santa Catarina Alfabetizada		Página: Online



Ainda estão abertas as inscrições do programa Santa Catarina Alfabetizada

Meta é alfabetizar 10 mil pessoas

Ainda é possível fazer a inscrição no Programa Santa Catarina Alfabetizada. Pessoas que não sabem ler ou escrever podem procurar as Gerências Regionais de Educação e os Centros de Educação de Jovens e Adultos (Cejas) de sua região.

As aulas para os cerca de mil estudantes que se inscreveram na primeira etapa do programa começam nesta terça-feira, 1º de abril. Segundo a coordenadora Márcia Vieira, mesmo com o início das aulas nesta terça, os interessados ainda podem se inscrever e começar a frequentar o curso. "Já estamos com 427 turmas formadas e contamos com a adesão de 110 municípios catarinenses".

Com duração de oito meses, o programa é oferecido em todas as regiões do Estado e os alunos são atendidos nas escolas da rede estadual, empresas, casas para idosos, unidades prisionais, centros comunitários e centros terapêuticos para dependentes químicos.

Este ano, a meta da Secretaria de Estado da Educação é alfabetizar 10 mil catarinenses. Em 2013, o Estado alcançou o primeiro lugar no ranking dos estados brasileiros com a maior taxa de alfabetização, 96,8%.

Com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foram destinadas bolsas no valor de R\$ 400,00 mensais para o alfabetizador e para o tradutor-intérprete de Libras que atuar em apenas uma turma ativa. Caso atue em duas turmas ativas, na educação carcerária ou de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, o valor é de R\$ 500,00.

Para o alfabetizador e tradutor-intérprete de Libras que atuar em duas turmas de alfabetização ativas, a bolsa é de R\$ 600,00. E o alfabetizador-coordenador que atuar de cinco a nove turmas receberá R\$ 600,00.

Para o alfabetizador que atue em duas turmas ativas formadas por população carcerária ou de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, o valor é de R\$ 750,00. E o alfabetizador-coordenador, que coordene de cinco a nove turmas ativas, sendo pelo menos duas formadas por população carcerária, ou de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, recebe bolsa de R\$ 800,00.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Programa Santa Catarina Alfabetizada é uma parceria entre a SED e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).